

E OS INTERESSES DOS PORTUGUESES?

Manuel Augusto de Carvalho Correia

Hoje em dia depara-se-nos frequentemente artigos, cartas e críticas na maior parte dos serviços de Comunicação Social, incluindo declarações de membros do Governo, sobre as relações e auxílio a prestar aos países «atingidos» pela descolonização «exemplar», mas nunca relacionando essas relações e auxílios com Indemnização e Defesa dos Interesses de Portugal, consequentemente aos portugueses.

Já em 19 de Março de 1976 o então secretário de Estado da Cooperação, em entrevista concedida e publicada no N.º 11 de «O País», sob o título «É Fundamental Salvar os Interesses dos Portugueses», afirmava: «...Existe um determinado sector político afecto ao Major Melo Antunes, que preconiza da nossa parte atitudes de cedência em relação aos novos estados africanos, a fim de podermos apresentar ao mundo laços privilegiados com África e, assim, mais facilmente podermos garantir a nossa penetração no Terceiro Mundo. Isso só me parece legítimo se se defenderem nessa política privilegiada os legítimos interesses dos portugueses. O colonialismo já acabou. Logo, defendam-se acima de tudo os interesses dos portugueses e depois faça-se política...»

Palavras de Gonçalves

Em certa passagem das suas declarações «In Tempo Novo» N.º 8 de 13/09/74, Pag. 19», referindo-se a Moçambique e aos acontecimentos que naquele momento se desenrolavam na cidade de Lourenço Marques, belos e inolvidáveis momentos conhecidos como Movimento do 7 de Setembro, o sr. Vasco Gonçalves a propósito, e como elemento altamente responsável, **GARANTIA:**

«...Os legítimos interesses dos portugueses que lá estão radicados foram defendidos nos acordos. Esteve sempre presente o futuro desses portugueses: — O Governo agiu sempre com a maior atenção à vida, à segurança, aos bens desses portugueses, que legitimamente os tenham ganho...»

Por sua vez, às 14.30 h (de Lourenço Marques) do dia 08/09/74, o sr. Costa Gomes, então general comandante-chefe das Forças Armadas, dirigiu pela Emissora Nacional (hoje RDP) de Lisboa, um «Apelo» à população de



Maputo, ex-Lourenço Marques. E os que deixaram lá tudo, há 15 anos? Já ninguém se lembra das promessas e juramentos?

De repente, e depois de uma curta excepção, deixou de se falar outra vez nos interesses dos que perderam tudo em África. Por isso relembramos garantias e compromissos tomados pelo Estado português. Para que conste. E continue a constar.

Lourenço Marques, do qual extraio a seguinte passagem:

«...Nos acordos de Lusaka foram asseguradas a defesa de pessoas e salvaguardados os seus legítimos interesses, não se justificando alarmes nem reacções precipitadas...», e concluiu: — «Ao comando Militar foi dada ordem para estabelecer a tranquilidade e a paz em Lourenço Marques, por forma a permitir que os acordos de Lusaka possam entrar em plena execução...»

Não fora essas garantias e compromissos assumidos pelo Estado Português, estou em crer, aliás estou mais que certo que o povo e os

portugueses das ex-colónias reagiriam conjuntamente, não permitindo de modo algum, mesmo que para tal tivessem de utilizar a força, que tal «descolonização exemplar» se processasse como se processou...

E agora decorridos que foram já 15 longos e tormentosos anos, sem que essas falsas declarações e garantias tenham sido ainda honradas, não é mais que tempo para que o Estado Português (responsável pela hecatombe, pelo sangue inocentemente derramado, pelos nossos milhares de mortos, por largas centenas de milhares de bons portugueses que se viram roubados e es-

poliados prepotentemente dos seus legítimos bens, que ficaram com os seus lares e famílias desfeitas, vivendo hoje amargurados, atraícoados e atirados tantos e tantos para a miséria), cumpra o seu dever de proceder às indemnizações devidas aos ex-ultramarinhas?

De Moçambique a Angola

A «camarilha» Frelimista (lá e cá) não deu — como era certo e sabido — qualquer cumprimento ao acordo de Lusaka (a não ser nas partes que lhe interessava) como ainda procedeu contrariamente, atendendo contra o prestígio das nossas

Forças Armadas, dignidade, vidas e bens dos portugueses que lá permaneceram após o «memorável» 25 de Abril, que lá permaneceram confiados, traídos e desumanamente abandonados à sanha «racista», bárbara e prepotente de um grupo minoritário incompetente, ao qual irresponsavelmente se entregou «de mãos beijadas» e humilhanamente a governação de um território sete vezes maior que Portugal, condenando ao seu triste destino mais de nove milhões de habitantes e cerca de quatrocentos mil portugueses, os quais nem sequer foram ouvidos para essa entrega!...

Em Angola seguiu-se um processo tortuoso similar, quase decalcado a papel químico. Consequência: — Mais de um milhão de portugueses (brancos, negros, mestiços, indianos, chineses) obrigados a fugir do Inferno em que aqueles territórios se converteram, não falando nos largos milhares massacrados, seviciados, inutilizados e assassinados barbaramente, mártires inocentes dos tais obreiros da «descolonização exemplar»...

Quem pagará e quando esta factura tinta de sangue generoso e inocente de portugueses? — E ainda vamos em cedências? — Os mortos e suas famílias, os feridos — na alma, corpo e coração — os espoliados e atraícoados clamam por Justiça!...

Que estranha e maldita «democracia» presidiu, então em 1974, à assinatura e estabelecimento de todos esses acordos (?) sem que a Nação e os povos das ex-colónias fossem ouvidos?

Tudo não passou de um sonho de loucos, de utopia!!! — Não sabiam os responsáveis pelas tão «estranhas e maquiavélicas negociações com a Frelimo, que estavam pactuando com movimentos fantoches «encapados» de uma potência imperialista de leste que tudo faria (esse foi o objectivo) por substituir Portugal, esmagando a influência e os interesses portugueses em Moçambique?

Não sabiam (?) esses responsáveis que estavam colaborando numa farsa, ao negociarem com os obreiros de uma futura ditatorial «República Popular» imposta pela força das armas ao povo moçambicano indefeso e que, face a essas circunstâncias a Frelimo nunca respeitaria a cláusula de «Protecção de Vidas e Bens de Portugueses»?

Mas, um erro não justifica outros erros!... O Estado Português e o seu actual Governo devem actuar em conformidade: — Uma medida se requer de imediato à consciência e dignidade do Estado: — Cedências aos novos países africanos de expressão oficial portuguesa, só depois da defesa dos legítimos interesses dos portugueses traduzidos pela justa indemnização a estes do valor dos bens que lhes foram roubados pelo Estado Moçambicano. Nada de transigir!!!

Aos portugueses o que é dos portugueses, isso é primário, fundamental, básico: — Depois faça-se então a tal «política».